

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Argentina quer duto bilionário para levar gás até Porto Alegre.....	2
Título: Governo pisa no freio na agenda ambiental.....	4
Título: Com ajuda de Alcolumbre, Planalto tenta aprovar 11 projetos até novembro	7
Título: Privatização da Eletrobras para novamente	8
Título: Aposta na receita do petróleo acelerou problemas	9
Título: Destaques	11
Título: Energia eólica tem menor custo entre as renováveis.....	12
Título: Curtas	14
Título: Distribuidoras testam abertura do setor de gás.....	14
Título: Bahiagás compra de pequeno produtor e negocia mais contratos.....	17
Título: Curtas	18
Título: Siderurgia tem recuperação e já reajusta preços	19
Título: Falta concorrência em Cumbica, aponta Cade	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	21
Título: ‘Lógica econômica se impõe para Petrobrás sair de alguns Estados’	21
Título: Estados fazem campanha para tentar evitar saída da Petrobrás	22
Título: Se sair, estatal terá de fechar conta de dívidas	24
Título: Etanol dos EUA sem tarifa pressiona mercado.....	25
Título: » À espreita.	26
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	27
Autor: Mônica Bergamo	27
Título: NO GANCHO.....	27

Título: Bolsonaro faz campanha em Iowa, com dinheiro do Brasil..... 28

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/09/2020

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner — De Brasília

Título: Argentina quer duto bilionário para levar gás até Porto Alegre

O novo embaixador da Argentina no Brasil, Daniel Scioli, apresentou formalmente ao governo Jair Bolsonaro um projeto bilionário de gasoduto para escoar a produção de Vaca Muerta - uma das maiores reservas de gás de xisto do planeta - até Porto Alegre. De lá, o insumo argentino poderia conectar-se com a rede brasileira para abastecer os mercados da região Sul e de São Paulo.

O projeto abrange a ampliação da capacidade de transporte no sistema de 1.430 quilômetros de dutos que corta o país vizinho. São investimentos estimados em US\$ 3,7 bilhões entre a província de Neuquén, onde ficam as jazidas, e a fronteira com o Brasil em Uruguaiana (RS). A Casa Rosada corre atrás de financiamento para isso.

O trecho Uruguaiana-Porto Alegre, com quase 600 quilômetros de extensão e orçado preliminarmente em US\$ 1,2 bilhão, ficaria sob responsabilidade brasileira. Estima-se que a obra levaria em torno de 18 meses e, uma vez concluída, aumentaria para 15 milhões de metros cúbicos por dia o envio de gás argentino.

A capacidade total, porém, chegaria a 30 milhões de m³ /dia - praticamente a mesma do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol). Hoje a Argentina manda apenas 3 milhões de m³ /dia, mas de forma inconstante, para o acionamento da usina térmica de Uruguaiana, a gás natural, principalmente nos períodos de seca e quando reservatórios das hidrelétricas estão em queda.

Com essa nova infraestrutura, a Argentina quer impulsionar o uso do gás de Vaca Muerta pela indústria brasileira. Atualmente o insumo tem custo final perto de US\$ 11 em São Paulo, mas poderia chegar a Porto Alegre com um valor de US\$ 7 por milhão de BTU (unidade de referência no setor).

Para a Argentina, o benefício da parceria não estaria só na venda direta do gás. Com acesso a um mercado tão grande como o brasileiro, seria mais fácil atrair investimentos também para o aumento da exploração em Vaca Muerta. O megacampo teve suas reservas confirmadas em 2011 e já produz mais de 70 milhões de metros cúbicos, além de 150 mil barris de petróleo, por dia. Gigantes como Shell, Exxon e Total atuam em Neuquén. A maior parte da produção ocorre por meio da técnica de “fracking”.

“É o nosso grande projeto binacional. O Brasil precisa de gás, e nós precisamos de mercados e de investimentos”, disse Scioli ao **Valor**. Ele acredita que todo o desenvolvimento do projeto, a partir de tomada a decisão de levá-lo adiante, demoraria em torno de três anos - incluindo as obras.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, deve ter reunião virtual no fim deste mês com o secretário de Energia da Argentina, Darío Martínez, para explorar o assunto. O país vizinho pretende formalizar proposta de constituir um “comitê técnico de planejamento bilateral” para avançar nos temas de integração energética.

Em janeiro, durante conversa no Fórum de Davos, o presidente da estatal petrolífera YPF, Guillermo Nielsen, já havia falado sobre a ideia do gasoduto com o ministro da Economia, Paulo Guedes, que manifestou forte interesse.

Na sexta-feira, ao receber o **Valor** em sua residência oficial, Scioli completava um mês em Brasília e se mostrava satisfeito com os contatos desde sua chegada. “Demos um salto qualitativo, buscando diálogo, explicando a situação argentina. Trouxe uma mensagem clara do presidente Alberto Fernández para colocarmos nossas ideologias de lado e trabalharmos juntos pelo fortalecimento das relações Brasil-Argentina.”

Ex-vice-presidente de Néstor Kirchner e governador de Buenos Aires por oito anos, até perder o segundo turno das eleições presidenciais contra Mauricio Macri em 2015, Scioli é tido como um peronista moderado e com forte trânsito entre empresários - perfil ideal para distensionar a relação entre Fernández e Bolsonaro.

Quanto às críticas de aumento do protecionismo na gestão Fernández, Scioli fez questão de enfatizar que a Argentina já autorizou mais de 95% dos pedidos de licenças de importações feitas pelo Brasil e atendeu a todo o planejamento comunicado pelas montadoras.

Se é para falar de comércio dentro do Mercosul, comentou o embaixador, deve-se lembrar que o Brasil acumula superávit US\$ 52 bilhões com a Argentina nos últimos 15 anos - dos quais US\$ 24 bilhões na indústria automotiva.

Scioli disse que pretende agir para um aumento do comércio bilateral, com mais exportações dos dois lados, mas pede maior abertura do mercado brasileiro para produtos argentinos que enfrentam restrições - como camarões, mel, uvas frescas e mosto de uva.

Enquanto isso, o embaixador do Brasil na Argentina, Sérgio Danese, trocará de endereço. Ele acabou de receber o “agrément” da África do Sul para chefiar a missão brasileira em Pretória. Um dos diplomatas mais admirados pelos colegas e ex-secretário-geral do Itamaraty, Danese está há quatro anos em Buenos Aires. Sua sabatina no Senado ainda não tem data para ocorrer.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/09/2020

Seção: Brasil

Autor: Matheus Schuch — De Brasília

Título: Governo pisa no freio na agenda ambiental

Pressionado por investidores estrangeiros, bancos, multinacionais e grandes empresas brasileiras, o governo Jair Bolsonaro decidiu pisar no freio em propostas polêmicas na área ambiental. Um dos projetos atingidos por essa mudança de orientação trata das regras para demarcação de terras indígenas. Outro tema que perdeu força na lista de prioridades do Planalto é o projeto de lei que permite as atividades de mineração e geração de energia em terras indígenas.

A decisão não significa que o presidente abandonou suas convicções, que envolvem o afrouxamento de punição a garimpeiros ilegais e a revisão de áreas de proteção ambiental e de políticas de amparo a indígenas, lembra uma fonte da alta cúpula do governo. Mas, para evitar danos maiores às relações diplomáticas e comerciais, a orientação no Planalto é mostrar resultado na diminuição do desmatamento, combate a ilegalidades e proteção a povos originários.

Nas últimas semanas, auxiliares do presidente passaram a admitir que há pouca chance de aprovar o texto da mineração em terras indígenas no Congresso no curto prazo, ainda que permaneça em setores do governo a ideia de que autorizar a exploração energética e mineral nas aldeias é a melhor forma de combater ilegalidades.

“Política é momento, e a repercussão [sobre a aprovação do PL sobre mineração] agora poderia mais atrapalhar do que ajudar”, reconheceu um auxiliar de Bolsonaro envolvido nas discussões. Com apoio de lideranças do agronegócio, assessores do presidente já tentaram mais de uma vez viabilizar a

publicação de um decreto em elaboração no Planalto que traria novas diretrizes sobre a demarcação de terras indígenas. Recentemente, a Advocacia-Geral da União, no entanto, fez uma recomendação para que o governo seja mais cauteloso e aguarde uma definição do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o “marco temporal”, ponto crucial da discussão.

Fontes do governo acreditam que uma decisão desfavorável da Suprema Corte obrigaria a ampliação de áreas destinadas aos índios. O assunto está em debate em um grupo de trabalho, que envolve, entre outras pastas, a Casa Civil e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Defendido por produtores rurais, o “marco temporal” prevê que os povos originários só possam requerer áreas que ocupavam na data em que entrou em vigor a Constituição de 1988. Este critério desagradou a líderes dos povos indígenas, que veem necessidade de o poder público assegurar o direito originário à terra e de considerar eventuais casos de expulsão ou violência que os afastaram dessas áreas.

Desde que assumiu o governo, Bolsonaro não assinou nenhum processo de demarcação e deu reiteradas declarações contrárias à concessão de novas terras aos indígenas. E inclusive chegou a transferir da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Agricultura a competência para demarcar territórios indígenas, mas o Congresso acabou barrando a iniciativa.

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Xavier, é favorável à adoção do marco temporal para demarcações e do projeto sobre mineração, acreditando que são medidas necessárias para retirar parte dos indígenas da situação de vulnerabilidade social em que vivem.

Em entrevista ao **Valor**, Xavier negou que a demora no andamento das pautas tenha relação com a necessidade de preservar a imagem do país sobre proteção aos índios. “É uma questão legal. A AGU nos orientou a esperar a definição do STF, para garantir a segurança jurídica do decreto”, disse ele, sobre a questão das demarcações.

Além de deixar os projetos envolvendo indígenas na “geladeira”, o governo tem dado mostras de uma mudança de postura em relação a ações de combate ao desmatamento. Apesar de manter publicamente o discurso de que há distorção e exagero nas críticas à depredação da Amazônia, Bolsonaro autorizou o empenho de mais verba para o trabalho das Forças Armadas, envolvidas na Operação Verde Amarelo 2.

A condução dessa “frente de resultados”, como classificou um auxiliar de Bolsonaro na área ambiental, cabe ao vice-presidente da República e presidente

do Conselho Nacional da Amazônia, Hamilton Mourão, que precisou entrar em cena na seara ambiental diante do desgaste do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Por outro lado, também há um engajamento em outros órgãos do governo, que foram cobrados a dar publicidade a ações de preservação do meio ambiente e combate a ilícitos.

Mourão já admitiu diversas vezes que o governo Bolsonaro demorou a agir contra o desmatamento. Como forma de alcançar resultados práticos contra ilegalidades, o governo avalia manter a atuação das Forças Armadas na floresta até o fim do governo, em 2022.

A vontade de mostrar resultados gerou até mesmo uma disputa interna por protagonismo. No fim do mês passado, irritado com o bloqueio de verbas da pasta, Salles chegou a anunciar a suspensão de ações do Ibama e de outros órgãos sob seu comando para combate a queimadas e desmatamento. Mourão classificou a atitude como uma “precipitação”. Horas depois, a suspensão dos trabalhos já estava desfeita.

Como mostrou o **Valor**, a percepção de falta de comprometimento do governo no combate ao desmatamento e na proteção aos índios coloca em risco até mesmo a assinatura do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Protagonista na discussão, a chanceler alemã, Angela Merkel, já afirmou ter “sérias dúvidas” sobre a viabilidade do acordo diante das ameaças sobre preservação da floresta amazônica no Brasil. Outros líderes mundiais, além de executivos de multinacionais e ONGs, também têm cobrado resultados práticos do governo brasileiro.

O setor do agronegócio garante estar preocupado com ilegalidades, mas discorda da posição de investidores estrangeiros e entidades que criticam a postura do governo na preservação da Amazônia. O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Alceu Moreira (MDB-RS), defende que é preciso separar atividades legais de ações clandestinas.

“O agro não pode ter imagem prejudicada por meia dúzia de bandidos garimpeiros. Temos que fazer a nossa parte em relação àquilo que é obrigação do Brasil envolvendo a Amazônia, mas dimensionar o que é crime. Não se pode fazer uma fotografia geral e dizer que somos predadores.”

Outra missão levada ao vice-presidente é a de reverter o prejuízo causado pela suspensão do financiamento do Fundo Amazônia. Alemanha e Noruega, principais doadores, deixaram de enviar verbas por não concordarem com a postura do governo brasileiro. No ano passado, Bolsonaro chegou a mandar o seguinte recado a Merkel: “Pega essa grana e refloreste a Alemanha, tá ok? Lá está precisando muito mais do que aqui”.

Consciente de que a verba para preservação da floresta é limitada, Mourão tem mantido contato com representantes dos países europeus para tentar reverter a situação, o que dependerá, segundo o vice-presidente já admitiu, de resultados práticos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/09/2020

Seção: Política

Autor: Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

Título: Com ajuda de Alcolumbre, Planalto tenta aprovar 11 projetos até novembro

Com o auxílio do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o governo trabalha para tentar aprovar 11 projetos prioritários até novembro, quando acontecem as eleições municipais. A ideia é concentrar forças em pautas que possam auxiliar na retomada da economia após a pandemia da covid19. A lista é ambiciosa e tem em seu topo as propostas de emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo e dos Fundos Públicos. Mas há também projetos como o que trata da Lei de Recuperação Judicial e Falências, Lei do Gás e autonomia do Banco Central.

O planejamento tem como pano de fundo a boa relação entre Alcolumbre e o Palácio do Planalto. O presidente do Senado tenta viabilizar sua reeleição e, por isso, tem feito acenos ao presidente Jair Bolsonaro. Neste contexto, o governo quer aproveitar o “esforço concentrado”, marcado para acontecer entre os dias 21 e 25 de setembro, para fazer avançar o máximo possível de matérias. Ainda assim, os interlocutores admitem que o prazo é apertado para tantas propostas. Uma das possibilidades é que uma parte residual seja retomada em dezembro, quando deve acontecer um novo esforço de votações.

Apesar de um cardápio tão extenso, as PECs continuam sendo prioridades para o Palácio do Planalto. A principal é a do pacto federativo, que está sob responsabilidade do senador Marcio Bittar (MDB-AC) e combina gatilhos para corte de despesas com o Renda Brasil. Em seguida, vem a PEC dos Fundos. Ainda que o texto do governo tenha sido alterado durante sua tramitação, o Executivo quer aprovar a medida para passar mais uma mensagem positiva ao mercado. Ao todo, o projeto pode liberar aproximadamente R\$ 200 bilhões em recursos apenas com a extinção de fundos públicos.

“Estamos priorizando esses onze projetos que criam um novo ambiente para os negócios e que criam novos marcos legais para importantes setores de infraestrutura do País. Não quer dizer que outros projetos não vão ser aprovados e também tenham algum interesse do governo. Há uma lista que

chega a 25 projetos, mas a ideia é que a gente tenha uma lista de dez projetos prioritários para entregarmos daqui até o final do ano. Existe uma expectativa boa”, explicou um interlocutor do Palácio.

Com essas pautas, a estratégia do governo também é minimizar o impacto da retração do Produto Interno Bruto (PIB). “Estamos melhorando as expectativas [sobre a economia], mas uma retração de 5% é uma porrada. A gente nunca teve uma retração desse tamanho. Isso tem implicações em empregos na tranquilidade social”, alertou a fonte.

Na lista, há também projetos como o que trata da autonomia do Banco Central, a proposta de Lei de Recuperação Judicial e Falências e a chamada Lei do Gás, sendo que as duas últimas foram aprovadas recentemente pela Câmara dos Deputados. No caso da Lei do Gás, o relator ainda não foi oficializado por Alcolumbre. O nome mais cotado, no entanto, é o do senador Eduardo Braga (AM), líder do MDB na Casa.

Outra proposta que consta das prioridades é o projeto de lei que acaba com a preferência da Petrobras no regime de partilha de pré-sal. Este item deve trazer à tona também a discussão sobre a privatização da estatal PPSA. A proposta é patrocinada pelo ministro Paulo Guedes e, por isso, entrou na lista de importância.

Além disso, o governo espera acelerar outros dois projetos que tratam do setor elétrico: uma medida provisória que altera regras para reduzir tarifas de energia e o marco regulatório do setor elétrico, que traz um novo modelo comercial para o segmento e possibilita a portabilidade da conta de luz entre as distribuidoras de energia. A MP precisa, entretanto, ser aprovada na Câmara dos Deputados.

Por fim, sobram mais dois itens: o projeto de lei que trata do incentivo à navegação de cabotagem (o tema está sendo discutido em duas propostas, uma na Câmara e outra no Senado) e o Marco Legal das Ferrovias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/09/2020

Seção: Política

Autor: Renan Truffi, Vandson Lima e Marcelo Ribeiro — De Brasília

Título: Privatização da Eletrobras para novamente

Falta de vontade política da cúpula do Congresso complica tramitação

As negociações em torno do projeto de privatização da Eletrobras esbarraram, novamente, na falta de vontade política da cúpula do Congresso Nacional. O

tema havia ganho novo fôlego nas últimas semanas, a partir de articulações envolvendo parlamentares e o **Ministério de Minas e Energia**, mas não prosperou devido à resistência dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Com isso, a proposta deve ficar apenas para 2021.

A investida do governo federal buscava reiniciar a tramitação do projeto no Senado. A razão era uma disponibilidade maior dos senadores para enfrentar o tema, em comparação com a Câmara dos Deputados, que vem postergando sua apreciação há algum tempo. A liderança do governo chegou a escalar, nos bastidores, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) para organizar um novo texto, que teria como base a proposta original, mas traria algumas inovações. Essas mudanças serviriam justamente para aglutinar as bancadas do Norte e Nordeste, que têm mais restrições à privatização da estatal.

Toda essa movimentação perdeu força, entretanto, nos últimos dias. O **Valor** apurou que o presidente da Câmara avisou aos interlocutores do governo e líderes do Senado que, independentemente dos ajustes a serem feitos, o tema não seria votado pelos deputados antes das eleições pelo comando do Legislativo, marcadas para fevereiro de 2021. Diante do recado, Alcolumbre passou a defender que não enxergava mais sentido na análise do assunto. Na avaliação dele, seria um esforço inútil que poderia expor os senadores às vésperas de uma eleição municipal.

Fontes próximas a Rodrigo Maia relatam, porém, que tanto o presidente da Câmara quanto o presidente do Senado não tinham intenção real de levar o projeto adiante.

Essa desmobilização acontece mesmo após o governo fazer um importante aceno ao Congresso. Há algumas semanas, o Ministério de Minas e Energia sinalizou aos parlamentares concordância com a volta de uma “golden share” (ação especial com direito a veto em decisões estratégicas) da União e a criação de um fundo bilionário para a Região Norte como forma de destravar o andamento do projeto. O movimento foi essencial para a melhora do ambiente no Senado. As duas propostas eram consideradas essenciais para quebrar as resistências de alguns parlamentares. Ainda assim, o tema não deve avançar significativamente em 2020.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/09/2020

Seção: Especial

Autor: Rodrigo Carro — Do Rio

Título: Aposta na receita do petróleo acelerou problemas

As origens da crise fiscal enfrentada pelo Rio de Janeiro remontam à virada dos anos 2000, mas o desequilíbrio estrutural nas contas do Estado se acentuou a partir de erros de gestão cometidos no início desta década, quando o Estado atravessava um período de “bonança” econômica.

A dependência excessiva de royalties do petróleo e de receitas extraordinárias para pagamento de despesas obrigatórias - combinadas a uma trajetória de endividamento crescente e a um inchaço nos gastos de pessoal - acabou por estrangular financeiramente o governo fluminense. O diagnóstico é de especialistas que acompanham de perto as agruras financeiras do Estado.

Ex-secretária municipal de Finanças do Rio, Sol Garson enxerga, na raiz da crise atual, uma resolução do Senado de 2001, que estabeleceu condições excepcionais para os Estados anteciparem receitas de royalties. Os recursos poderiam ser destinados exclusivamente à capitalização de fundos de Previdência ou à amortização de dívidas com a União.

“No caso do Rio, os royalties não foram usados para capitalizar o fundo, mas para pagar aposentados e pensionistas”, diz a professora dos cursos de pós-graduação em economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em termos fiscais, o pecado original foi adotar como base do pagamento de despesas líquidas e certas (pensões e aposentadorias) uma receita que varia ao longo do tempo (royalties e participações especiais) em função de fatores sobre os quais o governo não tem controle (câmbio, cotações internacionais do petróleo e volume de produção), sustenta Sol.

No início desta década, uma conjunção favorável desses fatores beneficiou diretamente o Estado do Rio, de longe o maior produtor de petróleo no país. Entre 2010 e 2014, a produção média de petróleo na região do pré-sal cresceu mais de 11 vezes. Passou de 41 mil barris por dia para 500 mil. No período, a cotação do barril de petróleo do tipo Brent manteve-se acima de US\$ 100 durante a maior parte do tempo, chegando a ultrapassar o patamar de US\$ 128.

“Sobrou espaço no orçamento e houve um aumento no gasto com pessoal”, diz Jonathas Goulart, gerente de Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Em 2014, a despesa total com pessoal do Executivo fluminense correspondia a 43,3% da receita corrente líquida (RCL) - um aumento de quase seis pontos percentuais em relação ao fim de 2009.

Publicados em relatórios previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os dados já não refletiam à época a real situação das finanças estaduais, frisa Sol Garson. Pelos seus cálculos, ainda em 2014 o Estado do Rio estava acima dos limites estabelecidos pela LRF para gastos com pessoal.

“No cálculo do gasto com pessoal os royalties podem ser descontados por serem considerados como receitas previdenciárias”, explica Goulart, da Firjan. Na prática, porém, essas receitas são usadas pelo Estado do Rio para pagamento de aposentados e pensionistas. “Em 2016, aproximadamente 75% do orçamento do Estado estava comprometido com o pagamento de despesas de pessoal”, diz o gerente de Estudos Econômicos.

Com a recessão que atingiu o país entre 2014 e 2016 e a retração nos preços internacionais do petróleo, o Rio se viu preso a uma estrutura de custos fixos elevados num cenário de queda brusca das receitas. “O Estado contratou muita despesa obrigatória nesse momento de bonança sem levar em conta a rigidez orçamentária”, resume Juliana Damasceno, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

Parte desse aumento de despesa se refere a compromissos financeiros assumidos para custear a infraestrutura nos anos que antecederam a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016. Apenas em 2012 foram contratadas 12 operações de crédito. Entre 2010 e 2014, o volume de amortizações de empréstimos pelo Rio de Janeiro subiu 150%.

Impulsionada em parte pelo crédito farto oferecido pela União aos Estados, a dívida consolidada líquida do Rio mais que dobrou entre 2009 e 2016, totalizando R\$ 108,1 bilhões ao fim do período. “Mesmo dentro do Regime de Recuperação Fiscal [ajuda federal iniciada em 2017], não estamos fazendo o ajuste necessário”, afirma Juliana, do Ibre. Como um dos caminhos para tentar reequilibrar o Estado, a pesquisadora sustenta que é necessário (mas não suficiente) reduzir gastos por meio de ganhos de eficiência, inclusive com incentivos à produtividade do funcionalismo. A rigidez orçamentária é outro ponto a ser atacado, na visão de Juliana.

“A tônica no Rio nos últimos anos tem sido a de aumentar impostos para cobrir o rombo no orçamento”, recorda Goulart. “Como o Estado vai atrair novas empresas para aumentar sua arrecadação?”, questiona. Ele defende uma reforma tributária ampla em nível nacional que englobe o ICMS e o ISS para pôr fim à guerra fiscal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/09/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Exportação da Buritirama

A Buritirama, maior mineradora de manganês do país, com operações na região de Marabá (PA), acaba de ter sua capacidade de exportação ampliada pelo Terminal Portuário de São Luís (TPSL), no Maranhão. A VLI, concessionária de logística, ampliou o volume de carga do minério no TPSL. A empresa fez recentemente o embarque de 70,6 mil toneladas de manganês, da Buritirama, para a China - o maior volume de manganês para o exterior. Com essa ampliação, o transporte passa de navios da classe Supramax - que carregam de 50 mil a 60 mil toneladas - para embarcações da classe Panamax, que movimentam acima de 70 mil toneladas. É a primeira operação da VLI em navios Panamax para minério de manganês desde 2010. A Buritirama tem previsão de vender 2 milhões de toneladas este ano - mais de 80% ao exterior, principalmente China.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Energia eólica tem menor custo entre as renováveis

A eólica é a mais barata entre as fontes renováveis de geração de energia, grupo que inclui ainda as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), a solar e a biomassa. A conclusão é de um estudo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), feito a pedido da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e antecipado ao **Valor**.

Os dados se referem a projetos já em operação no ambiente de contratação regulada (ACR) e compreendem um período de cinco anos (2015 a 2019). De acordo com o levantamento, no ano passado, o custo da energia eólica atingiu R\$ 195 por megawatt-hora (MWh). Em seguida, aparecem a biomassa (R\$ 246/MWh), as PCHs (R\$ 280/MWh) e só então a solar (R\$ 321/MWh).

Estudo da CCEE, feito a pedido da Aneel, traz novos parâmetros para calcular custo da energia ao consumidor

A motivação para o estudo partiu de uma provocação dos próprios investidores do setor de energia, em especial a Abragel, entidade que representa as PCHs. Em reunião com a Aneel, os agentes apontaram dificuldades em entender o custo real das fontes renováveis para o consumidor final. Por isso, o estudo buscou acrescentar novos parâmetros aos cálculos além dos preços nos leilões - que, por sua vez, embutem os custos orçados pelos empreendedores com equipamentos, terreno, entre outros.

O foco do estudo são as PCHs e eólicas, que têm mercados mais maduros no Brasil. Para essas duas fontes, foram considerados custos adicionais além do preço do leilão. No caso da eólica, que tem uma geração irregular, sujeita às condições de vento, foram agregados ao cálculo dois parâmetros que equilibram a intermitência da fonte: o despacho termelétrico e a disponibilidade de usinas para garantir a frequência.

Já para as PCHs, foram somados custos próprios das fontes hidráulicas. Os principais são o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o “condomínio” das hidrelétricas, em que ônus e bônus são compartilhados entre as usinas participantes; e a repactuação do risco hidrológico (GSF), questão que está sendo resolvida agora para o ambiente de contratação livre, mas que já foi equacionada no mercado regulado.

Segundo Carlos Dornellas, gerente executivo de Segurança de Mercado & Informações da CCEE, o custo mais baixo das eólicas está associado ao barateamento das tecnologias, principalmente com a chegada dos chineses nessa indústria. Ele observa ainda que vários fabricantes de aerogeradores vieram se instalar no Brasil após certa saturação do mercado europeu. “A partir disso, passamos a produzir mais, inserir mais eólicas [na matriz] e, com isso, a fonte ficou mais barata.”

No caso da solar, o nível reflete os custos das primeiras usinas licitadas, a preços bem mais elevados que os dos leilões recentes. No último certame A-6, por exemplo, o preço da solar atingiu a faixa de R\$ 84/MWh, com deságio de 60%. “Olhando para o futuro, a tendência é que o custo se reduza com a introdução de novas usinas com valores mais baixos”, diz Dornellas. Ele observa ainda que, embora a solar também tenha geração intermitente, não foram considerados custos adicionais pelo fato de ainda ser uma fonte pouco representativa na matriz brasileira.

“É importante destacar que nós não temos preferência por nenhuma fonte, nós defendemos a complementariedade”, afirma o gerente da CCEE. Segundo ele, esse é um estudo inicial e a ideia é atualizá-lo anualmente, com a contribuição dos agentes do setor. No futuro, avalia-se incluir as fontes convencionais (grandes hidrelétricas e térmicas).

Representando cerca de 3% da matriz brasileira, as PCHs se desenvolveram principalmente no início dos anos 2000. Já as eólicas tiveram maior impulso a partir de 2009, com o primeiro leilão regulado exclusivo para a contratação da fonte, e hoje somam pouco mais de 9% da capacidade instalada no país.

De acordo com o presidente da Abragel, Charles Lenzi, o mercado para PCHs vem tendo dificuldades nos últimos anos, principalmente com licenciamento

ambiental. O executivo afirma que há cerca de 14 GW em projetos aguardando licenciamento. “Algumas usinas levam quase 10 anos para sair do papel”.

Lenzi defende uma abordagem mais ampla para a avaliação dos custos, incluindo atributos particulares a cada fonte. Um exemplo é a vida útil dos empreendimentos. “Isso será relevante no médio prazo, quando se definirá a necessidade ou não de reinvestimentos no parque gerador”.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	14/09/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Sindicato e Petrobras

A Petrobras concluiu as negociações do acordo coletivo de trabalho 2020-2022 com o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense. O acordo foi aprovado por 65% dos votantes, seguindo um indicativo da Federação Única dos Petroleiros (FUP). Por meio do novo acordo, a Petrobras se compromete a não realizar demissões sem justa causa até agosto de 2022, além de concordar com um reajuste salarial automático de 100% do INPC em setembro de 2021. Também ficou acertada a criação de um grupo de trabalho para acompanhar o teletrabalho na companhia.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	14/09/2020
Seção:	Empresas
Autor:	André Ramalho e Gabriela Ruddy — Do Rio
Título:	Distribuidoras testam abertura do setor de gás

As distribuidoras de gás canalizado esperam reduzir a dependência da Petrobras a medida em que a abertura do mercado brasileiro se consolide. No Nordeste, as concessionárias locais se preparam para lançar ainda neste ano uma nova chamada pública conjunta, de olho na janela aberta pela entrada de novos agentes, seja na produção de campos maduros terrestres, seja na importação de gás natural liquefeito (GNL). As pretensões, contudo, podem esbarrar nas dificuldades dos fornecedores em acessar a infraestrutura.

Atualmente, a Petrobras é a única fornecedora relevante para as distribuidoras, que têm pressa na busca por fontes alternativas e melhores preços. A maioria

das concessionárias do Nordeste tem contrato com a estatal até o fim de 2021, o que exige negociações com novos agentes desde já.

Para os novos atores do mercado de gás o Nordeste é visto como uma possível porta de entrada, uma vez que, no Centro-Sul, as distribuidoras têm contratos mais dilatados com a Petrobras, até o fim de 2023 em geral. O **Valor** apurou, contudo, que algumas das empresas do Sul também estão de olho nas oportunidades e se preparam para tentar novas chamadas públicas, para reforçar o suprimento.

A ideia de uma chamada pública coordenada é dar escala à contratação - algumas das empresas do Nordeste movem volumes inferiores a 1% do mercado. Juntas, elas representam cerca de 10% do volume de vendas do Brasil no primeiro semestre - desconsiderada a Bahiagás, que tenta emplacar uma chamada individual.

Em 2019, as distribuidoras locais fizeram um primeiro teste, frustrado. Poucas empresas - como a Golar e Shell - chegaram a apresentar propostas, mas, na prática, a única que conseguiu avançar nas negociações foi a própria Petrobras, dada as dificuldades dos concorrentes de acesso à infraestrutura.

“A chamada escancarou os gargalos, o aprendizado foi útil”, explicou o presidente da Cegás (CE), Hugo Figueirêdo. “A expectativa é que até lá [fim de 2021] uma série de questões discutidas no âmbito infralegal e legal [sobre o acesso de terceiros à infraestrutura] possa ter sido implementada”, disse.

Para que novos fornecedores entrem no jogo, porém, Figueirêdo afirma que é preciso que as transportadoras avancem com a oferta da capacidade disponível dos gasodutos. “Não sei se será possível até o fim de 2021 termos acesso à capacidade de transporte com tarifas já definidas”, disse.

No Nordeste, a malha de gasodutos é operada pela Transportadora Associada de Gás (TAG), que mantém conversas com a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e Petrobras para definir a real capacidade disponível dos seus gasodutos, a fim de ofertá-la em 2021.

Além dos novos produtores terrestres, a Cegás aposta também no biometano produzido em aterros sanitários - 17% do gás distribuído pela empresa vem dessa fonte.

As distribuidoras acompanham, ainda, as oportunidades de importação de GNL, em meio ao processo de arrendamento do terminal da Petrobras na Bahia. BP, Shell, Total, Repsol, Golar, Excelerate, Naturgy, Compass, Eneva e Bahiagás disputam o ativo.

Apesar dos obstáculos, a presidente da Potigás (RN), Larissa Dantas, está confiante na queda nos preços para as distribuidoras. A expectativa, segundo ela, é que a competição reduza os custos de compra em até 35% em relação aos preços da Petrobras. “Uma tarifa de gás mais competitiva traz oportunidades imensas para o Estado”, comenta a executiva, que mantém conversas com supridores de GNL e produtores nacionais como a 3R Petroleum e Petrorecôncavo - com a qual tem um memorando de entendimentos.

A Petrorecôncavo opera o Polo Riacho da Forquilha (RN), depois de comprá-lo da Petrobras por US\$ 356,3 milhões. O presidente da petroleira, Marcelo Magalhães, afirma que tem condições de cobrar entre US\$ 4 e US\$ 4,5 o milhão de BTU (unidade térmica britânica) pela molécula. Para efeitos de comparação, a Petrobras começou o ano vendendo o gás a US\$ 7 o milhão de BTU, mas hoje esse valor é inferior a US\$ 5 o milhão de BTU, devido à desvalorização do petróleo, ao qual o gás está indexado.

Magalhães se queixa dos entraves que dificultam novos contratos. “Havia a expectativa de que as negociações para acesso de terceiros à infraestrutura saíram este ano, mas ainda não conseguimos evoluir muito nas negociações”, disse o executivo.

A Petrobras se comprometeu junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a abrir suas UPGNs - acesso que será obrigatório com a Nova Lei do Gás, em tramitação no Senado. Procurada, a Petrobras esclareceu que está comprometida com a abertura e com os compromissos assumidos e que já publicou minuta de contrato de processamento para 13 empresas que manifestaram interesse no acesso.

A Petrorecôncavo vende hoje o seu gás para a Petrobras a preços baixos e, por isso, produz abaixo da capacidade, para poupar reservas. A infraestrutura da estatal em Guamaré (RN) foi colocada à venda, mas a expectativa é que o desinvestimento leve cerca de 18 meses. O governo local pediu à Petrobras que permita o acesso antes do negócio. A estatal alega que está vendendo a UPGN “exatamente no sentido de contribuir cada vez mais para que outros ‘players’ possam entrar e atuar no mercado”.

Enquanto isso, o presidente da Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto, acredita que só haverá espaço para contratos mais relevantes de suprimento a partir de 2022. “Mas é preciso começar a construir as negociações. As distribuidoras terão um papel importante neste novo momento do mercado, porque são grandes contratantes”, explica.

O advogado Felipe Feres, sócio do escritório Mattos Filho, por sua vez, destaca que a Nova Lei do Gás traz a segurança jurídica para destravar o setor. “Vamos

ver em breve novos acordos [de fornecimento], tanto com distribuidoras quanto consumidores livres”, afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/09/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Gabriela Ruddy — Do Rio

Título: Bahiagás compra de pequeno produtor e negocia mais contratos

A distribuidora baiana de gás natural, a Bahiagás, saiu na frente de seus pares na busca por novas fontes de suprimento. A empresa começou a receber em julho o gás produzido pela Alvopetro, uma pequena petroleira que construiu no Recôncavo a primeira unidade de processamento privada do país, e se lançou no mercado em busca de novos fornecedores. A concessionária tem contrato com a Petrobras só até o fim do ano e tem, em sua mesa, hoje, propostas comerciais de seis empresas diferentes.

O presidente da Bahiagás, Luiz Gavazza, destaca que, com a criação do mercado livre de gás, a busca por novas fontes, mais competitivas, se torna mais urgente, afim de que a empresa tenha condições de oferecer aos seus clientes melhores condições comerciais. Ao todo, segundo ele, quatro empresas já solicitaram a migração para o ambiente livre no Estado, dentre as quais a Proquigel, que arrendou a fábrica de fertilizantes de Camaçari, da Petrobras.

O executivo, contudo, vê com bons olhos a consolidação do mercado livre na Bahia. Gavazza explica que a Bahiagás tem interesse de se associar aos novos grandes consumidores livres, para criar um pool para compra conjunta de gás. “Na medida em que esses consumidores criam suas próprias estruturas de comercialização e assumem riscos, ganhamos escala. Quanto maior o volume importado, maior a eficiência econômica e menor a tarifa [de regaseificação do terminal de gás natural liquefeito (GNL) da Bahia]”, comenta.

A companhia atua em diferentes frentes para diversificar as fontes de suprimento, sendo uma delas a importação de GNL. A Bahiagás é uma das interessadas em arrendar o terminal da Petrobras no Estado e busca parceiros com expertise na operação da infraestrutura. Além disso, está aberta aos produtores nacionais, sejam aqueles do pré-sal, sejam os operadores de campos maduros em terra.

A Bahiagás já tem um histórico nessa área. Em 2006, a empresa fechou seu primeiro contrato fora da Petrobras e passou a comprar o gás do campo de Morro do Barro, no Recôncavo - um volume simbólico de cerca de 30 mil metros cúbicos diários. Mais recentemente, a distribuidora deu um novo passo, ao

fechar um acordo de longo prazo com a Alvo Petro, para compra de até 500 mil m³ /dia do campo de Caburé - o equivalente a quase 15% do tamanho do mercado da Bahiagás, de 3,4 milhões de m³ /dia no primeiro semestre.

A diversificação não trouxe uma redução imediata dos preços, embora o contrato com a Alvo Petro seja competitivo. Gavazza explica que, quando o acordo foi fechado, o preço negociado era mais barato do que o fornecido pela Petrobras. O choque de preços do petróleo, contudo, derrubou nos últimos meses os valores praticados pela estatal, que trabalha com um preço de gás atrelado ao do óleo. Com isso, os dois fornecedores passaram a oferecer preços pareados.

O executivo destaca, no entanto, que a busca por fontes alternativas não passa apenas pela equação financeira. Segundo Gavazza, além de custos competitivos, a diversificação é parte também de uma política governamental para estimular a produção de campos em terra. “Esses pilares se conectam, precisamos estimular a revitalização e ampliação dos campos onshore, o que gera empregos e arrecadação de impostos, tudo isso movimenta a economia da Bahia”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/09/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Vendas da Petrobras

A Petrobras deu início à fase vinculante de dois processos de desinvestimento. Um deles é referente às participações em cinco sociedades de geração de energia elétrica: Brasympe Energia, Energética Suape II, Termoelétrica Potiguar, Companhia Energética Manauara e Brentech Energia. A petroleira também iniciou a fase vinculante da venda de parte de sua participação em ativos de exploração e produção (E&P) na Bacia do Espírito Santo. Os blocos exploratórios pertencem às concessões ES-M596_R11, ES-M-598_R11, ES-M-671_R11, ES-M-673_R11 e ES-M-743_R11. Segundo comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os potenciais compradores habilitados para as fases vinculantes de ambos os processos receberão carta-convite com instruções, incluindo orientações para a realização de “due diligence” e para o envio das propostas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/09/2020****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo****Título: Siderurgia tem recuperação e já reajusta preços**

O setor siderúrgico brasileiro foi mais resiliente na crise deste ano do que se imaginava. No auge da pandemia, no fim de março, o Instituto Aço Brasil (IABR) chegou a estimar uma queda de 20% no consumo aparente este ano. Com todo esse pessimismo e a economia parada, a utilização capacidade instalada das usinas no país chegou a cerca de 42%. Em abril, 13 altos-fornos foram desligados para adequar a produção à demanda.

Agora, com a flexibilização da economia em muitas cidades, as siderúrgicas perceberam que o pior já ficou para trás. Dos 13 equipamentos desligados, quatro voltaram a operar entre junho e julho e, segundo o **Valor** apurou, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) também deve religar o alto-forno 2 que teve a operação parada em maio. O equipamento tem capacidade de produção de 1,5 milhão de toneladas por ano.

Segundo o presidente executivo do Instituto Aço Brasil (IABR), Marco Polo de Mello Lopes, essa retomada do setor do aço no país está acontecendo em “V”. “Além da pandemia, enfrentamos uma grave crise de demanda. Em abril, operávamos com 42% da nossa capacidade, quando que o ideal no setor siderúrgico é operar utilizando 80% da nossa capacidade”, disse Mello Lopes.

Segundo ele, o setor já trabalha com 60% da capacidade. “Agora, além da demanda normal, está ocorrendo recomposição dos estoques por parte dos clientes, isso faz com que o mercado tenha uma retomada em “V”. Com isso, devemos fazer uma revisão das estimativas para o ano.” O Aço Brasil estimou em julho queda de 12% nas vendas no país. No auge da pandemia, essa perspectiva era de um recuo de 20% nas vendas neste ano.

Para o analista do Itaú BBA, Daniel Sasson, há uma recuperação sequencial no mercado doméstico e o que está puxando essa retomada é o setor de construção civil. Com isso o consumo aparente de aços longos este ano deverá ter uma alta de até 5%. “Nesses sete meses, já vemos uma recuperação em aços longos. O consumo está quase equilibrado em relação a janeiro a julho de 2019. Para um ano como esse, é um número bem resiliente.”

Em aços planos, Sasson disse que esse é um segmento que ainda depende da retomada mais significativa do setor automotivo, um dos maiores consumidores

desse tipo de aço. Mesmo assim, o consumo interno deverá apresentar uma queda menor que o estimado no início das medidas de isolamento.

“Em aços planos, provavelmente, deve ter uma queda ao redor de 10% este ano. Quando se olha o setor como um todo, as vendas de aço no país, longos e planos, deve apresentar recuo de 5% a 10% este ano, bem diferente dos 20% previstos.”

Com essa recuperação do mercado e a alta nos custos de matérias-primas, as siderúrgicas estão reajustando os preços no país. Foram dois reajustes de julho a setembro, em torno de 10% a tonelada cada um. E já se espera mais um aumento para outubro. Na sexta-feira, a CSN havia sinalizado um reajuste de 13% nos aços planos tanto para a distribuição como para a indústria.

“Na medida que alguém anunciar, o restante vai acompanhar. Todas as siderúrgicas estão fazendo a mesma conta e sentindo a pressão do custos e o dólar alto. O aumento de setembro foi completamente implementado”, disse uma fonte da indústria.

Hoje, a diferença entre o aço produzido no país e o importado é de 10% a 15%. “Esse aumento no terceiro trimestre vai apresentar um impacto positivo nos resultados das siderúrgicas. Poderão recompor as margens”, disse Sasson, do Itaú BBA.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto — De Brasília

Título: Falta concorrência em Cumbica, aponta Cade

A prática anticompetitiva ocorreria no mercado de distribuição de querosene de aviação

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) recomendou que a condenação das empresas Air BP Brasil, BR Distribuidora e Raízen Combustíveis, além da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos (GRU Airport), por prática anticompetitiva no mercado de distribuição de querosene de aviação.

A recomendação foi feita na tarde de sexta-feira, em despacho da superintendência, que é a área técnica do Cade. O caso será, agora, avaliado pelo plenário de conselheiros. Se condenadas, as empresas podem pagar multa de até 20% do faturamento.

A investigação começou em fevereiro de 2014, a partir de uma representação feita pela empresa Gran Petro. A reclamante alegou que as distribuidoras e a concessionária estariam dificultando sua entrada no pool de distribuição de combustível no aeroporto de Guarulhos, o maior do país.

A apuração do Cade concluiu que as empresas estabeleceram uma cláusula de conteúdo anticoncorrencial em um contrato, celebrado em 2013, para exploração de infraestrutura de abastecimento dos aviões. “O dispositivo previa que a entrada de outra empresa na base compartilhada por elas dependeria da anuência das participantes do pool”, diz o Cade, em nota.

No entendimento da área técnica do órgão antitruste, tal previsão contratual configura “barreira artificial à entrada de outros distribuidores concorrentes nesse aeroporto”.

Procuradas pelo **Valor**, a GRU Airport informou que contestará a Nota Técnica da Superintendência Geral do Cade, uma vez que não atua no mercado de distribuição de querosene de aviação, não impede e nunca impediu o ingresso de terceiros em seu sítio aeroportuário para distribuição do produto. BR Distribuidora e Raízen não se manifestaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/09/2020

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: ‘Lógica econômica se impõe para Petrobrás sair de alguns Estados’

ENTREVISTA - Roberto Ardenghy, diretor de Relações Institucionais da Petrobrás

À frente das negociações com governos estaduais e parlamentares para tratar da venda de ativos da Petrobrás, o diretor de Relações Institucionais da estatal, Roberto Ardenghy, disse ao Estadão/Broadcast que, ao decidir se desfazer de unidades nas regiões Norte, Nordeste e Sul do País, a empresa está seguindo a lógica econômica dos concorrentes. Em resposta, governadores das três regiões se reuniram na campanha ‘Petrobrás, fica!’, liderada pelo Senado. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:

A Petrobrás está conversando com os senadores envolvidos na campanha “Petrobrás, fica!”?

A gente mantém diálogo constante com deputados e senadores. A covid-19 atrapalhou um pouco a agenda das comissões. Mas já indicamos nossa vontade de, a qualquer momento, sentar para conversar.

O movimento parlamentar e de governos estaduais pode alterar a agenda de desinvestimentos?

Achamos que não. A lógica econômica se impõe e mostra que esse movimento da Petrobrás é positivo para nós e para as economias regionais.

Como está a discussão com os Estados sobre as dívidas de ativos postos à venda?

Estamos em diálogo com os governos estaduais. Quando for o momento certo, vamos apresentar o comprador do ativo aos governos. No Rio Grande do Norte, por exemplo, temos um grupo de trabalho. E estamos vendo como vai ser feita essa transferência para que aconteça com o menor impacto possível.

É possível que, em algum momento, a Petrobrás volte a ter posição de destaque no Nordeste?

Se a gente conseguir confirmar as expectativas nas bacias do Potiguar, Ceará-Maranhão, na margem equatorial, onde a Petrobrás faz trabalhos geológicos, a gente vai voltar. Não temos nenhum problema. No Brasil, 94% das bacias ainda têm que ser avaliadas para a ocorrência de petróleo. Então, há uma grande oportunidade.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/09/2020

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Estados fazem campanha para tentar evitar saída da Petrobrás

Governadores do Sul, Norte e Nordeste se mobilizam contra decisão da estatal de se concentrar no RJ e em SP

Petrobrás vai se concentrar em SP e no Rio; Estados lançam a campanha 'fica'

Desinvestimento. Estatal planeja se desfazer de outros negócios para focar onde está o petróleo do pré-sal (SP e RJ); governadores e parlamentares não têm pressa em deixar empresa sair, há passivos acumulados e eles temem queda na arrecadação e desemprego

De saída das regiões Norte, Nordeste e Sul do País, a Petrobrás enfrenta a resistência de governos locais à venda dos seus ativos. A empresa já anunciou que vai concentrar investimentos no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde está o petróleo do pré-sal. Mas, para conseguir sair dos demais Estados, vai precisar negociar uma série de dívidas ambientais, tributárias e trabalhistas.

Governadores e parlamentares não têm pressa em deixar a estatal ir embora. Além dos passivos acumulados, eles também estão atentos a uma possível queda na arrecadação e à contração do mercado de trabalho.

Ao todo, existem 164 áreas de produção de petróleo e gás da Petrobrás sendo vendidas em todo o Brasil, segundo mapeamento divulgado pela agência de notícias especializada epbr, atualizado em agosto deste ano. Desse total, 148 áreas estão localizadas fora do eixo Rio-São Paulo. A empresa também está se desfazendo de infraestrutura logística, usinas térmicas, eólicas e de biocombustíveis, fábricas de fertilizantes e terminais de importação de gás natural líquido.

Na tentativa de anteciparem possíveis problemas que surjam com os desinvestimentos, representantes dos governos e deputados de seis Estados têm se reunido virtualmente com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobrás, do Congresso, que lançou há pouco mais de um mês a campanha 'Petrobrás, fica!'. “É um clamor para que a empresa explique por que está deixando o resto do Brasil e se concentrando no Rio e em São Paulo. O que ela vai fazer com os incentivos fiscais e passivos de anos?”, questionou o presidente da frente parlamentar, Jean Paul Prates (PT-RN).

O Senado é hoje um foco de oposição aos desinvestimentos da Petrobrás. Em agosto, com o aval do presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP), senadores recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a anulação do processo de venda de oito das 13 refinarias da Petrobrás, instaladas justamente nas três regiões onde a estatal quer limitar sua atuação – Norte, Nordeste e Sul do País. Em contato constante com governos estaduais e com o Congresso, o diretor de Relacionamento Institucional da Petrobrás, Roberto Ardenghy, disse entender que é difícil para Estados e municípios, “acostumados há muitos anos com a presença da Petrobrás”, aceitar a venda.

Mas acrescenta que os projetos de petróleo têm uma lógica própria e que a empresa toma decisões em linha com o que fazem suas concorrentes. Pré-sal. Em toda reunião que participa, Ardenghy apresenta o mesmo argumento a governadores e parlamentares, de que o foco da Petrobrás são os grandes campos marítimos, como os do pré-sal, e que, no Nordeste, a maioria das áreas tem menor porte e está em fase de declínio. Diz também que a saída da empresa não é necessariamente negativa, porque novos atores podem conduzir os investimentos e até ampliar a produção.

O economista da Unicamp Luiz Gonzaga Belluzzo avalia, no entanto, que a iniciativa privada não vai ter o mesmo apetite em investimento tecnológico que a Petrobrás, o que deve comprometer ganhos de produtividade. “A lógica do setor privado é outra, sobretudo num setor como este, em que o risco é

relativamente grande”, disse. Edmar Almeida, pesquisador do grupo de Energia da PUCRio, argumenta, no entanto, que o investimento em tecnologia na indústria petrolífera brasileira hoje está atrelado ao programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D), no qual, em contrato, as companhias se comprometem a destinar um percentual dos seus ganhos com a produção de óleo e gás na busca por inovações.

Por isso, disse, qualquer empresa que ingressar no setor vai investir em tecnologia, não só a Petrobrás. No Paraná, o fechamento pela estatal da Araucária Nitronegados (Ansa), em fevereiro, teve impacto direto nas contas públicas. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho, mostram que os subsetores de fabricação de intermediários para fertilizantes e de adubos de Araucária (PR), onde funcionava a fábrica, reunia 543 trabalhadores e uma massa de salário semestral de cerca de R\$ 40 milhões, que, ao menos num primeiro momento, vão deixar de circular na região.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/09/2020

Seção: Economia

Autor: F. N., MARIANA DURÃO E NICHOLAS SHORES /RIO SÃO PAULO

Título: Se sair, estatal terá de fechar conta de dívidas

A venda de ativos da Petrobrás nas regiões Norte, Nordeste e Sul do País está dividindo governos estaduais. Há os que esperam que a iniciativa privada retome investimentos abandonados pela estatal. Outra parcela, que tem grande parte das suas receitas atreladas às atividades da empresa, é mais resistente às privatizações. Todos são unânimes, no entanto, na defesa de que, antes de ir embora, a estatal vai ter que fechar uma conta de passivos acumuladas. O Rio Grande do Norte lidera a lista de opositores aos desinvestimentos. “Construímos nossa estrutura num modelo que tinha a Petrobrás como monopolista ou como empresa-âncora.

Metade da indústria do Rio Grande do Norte é de óleo e gás”, argumentou o secretário estadual de Planejamento e Finanças, Aldemir Freire. Ele diz estar especialmente preocupado com o possível abandono de campos no Polo Potiguar “que nem foram vendidos e nem estão à venda”. Roberto Ardenghy, diretor de Relação Institucional da Petrobrás, alega, no entanto, que, toda vez que a empresa vende um campo de petróleo e gás, se compromete a manter a produção pelo prazo de até dois anos, num processo de transferência da operação. E, no caso dos campos com operação suspensa, o executivo argumenta que é possível retomar a produção nessas áreas rapidamente.

Ao contrário do que acontece no Rio Grande do Norte, há Estados, porém, que veem na saída da Petrobrás uma oportunidade de retomada do investimento. Esse é o caso do Amazonas e do Paraná. No Amazonas, a Petrobrás está em fase final de venda do Polo Urucu, incrustado na Amazônia, onde produz óleo leve e gás natural. Ela também pretende se desfazer da Refinaria Isaac Sabbá (Reman), em Manaus. O secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Jório Veiga Filho, diz entender que os ativos já não fazem sentido para a estatal e que agentes privados podem retomar investimentos que a empresa deixou de lado.

No Paraná, o chefe da Casa Civil, Guto Silva (PSD), vê com bons olhos as privatizações, mas cobra da estatal o valor da multa a ser paga por um grande derramamento de óleo de um duto da refinaria Repar, em 2000. “A Petrobrás não vai conseguir vender (a Repar) enquanto não fechar esse passivo. A gente entende que o valor é muito superior ao que a empresa reivindica”, disse Silva. A Petrobrás, porém, está disposta a recorrer neste caso, assim como em todos que ela considera excessivos. As dívidas trabalhistas devem ficar com a estatal; já os passivos tributários e ambientais poderão ser transferidos para o novo operador e abatidas do valor final do negócio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/09/2020

Seção: Economia

Autor: Márcia De Chiara

Título: Etanol dos EUA sem tarifa pressiona mercado

Governo renova cota de importação do produto por três meses em troca de uma negociação favorável à exportação de açúcar

A decisão do governo brasileiro, anunciada na sexta-feira, de renovar a cota de importação do etanol dos Estados Unidos de 187,5 milhões de litros sem tarifa por 90 dias vai impor um grande sacrifício ao setor sucroalcooleiro. A avaliação é do presidente da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), Evandro Gussi. Por conta da redução da mobilidade provocada pela pandemia, neste momento os estoques de etanol estão 43% acima do mesmo período do ano passado e a safra do Nordeste começa a entrar agora no mercado, o que vai pressionar o preço. “Cada litro de etanol importado que entrar no Brasil é um problema a mais para o setor.”

O que foi apresentado pelo governo para o setor é que a prorrogação da cota isenta de tarifa seria um gesto para permitir uma negociação, capitaneada pelo ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araujo, mais favorável para as exportações do açúcar brasileiro para os EUA. Apesar de o Brasil ser o maior exportador, o açúcar brasileiro tem presença insignificante nos EUA. Isso porque

sobre o produto é cobrada uma tarifa de importação de 140% “Esperamos que o governo tenha sucesso porque só por isso valeria a pena um sacrifício tão grande como esse neste momento; o mercado americano é muito relevante.”

Há no mercado duas leituras da decisão do governo de prorrogar a isenção de tarifa para o etanol americano. Uma delas é a do governo brasileiro. Foi divulgada uma declaração conjunta do governo brasileiro e dos EUA, informando que os dois países decidiram realizar “discussões orientadas” para chegar a um “arranjo” que aumente o acesso ao mercado de etanol, no Brasil, e do açúcar, nos EUA. Segundo o texto, os países também vão considerar um incremento no acesso ao mercado de milho em ambos os países. A outra leitura do mercado é que a questão do etanol é sensível à campanha de reeleição do presidente americano Donald Trump.

O etanol americano é produzido a partir do milho e essa seria uma maneira de Trump conquistar votos dos produtores do grão. “Eu odiaria saber de alguma coisa como essa. O que nos foi apresentado é que era uma negociação para buscar uma condição de justiça para o açúcar”, diz Gussi. Verdade. O economista Felipe Serigatti, da FGV/Agro, afirma que o tempo irá dizer qual das duas leituras para prorrogação da isenção de tarifa sobre o etanol americano é a verdadeira. “Acho que esse veredicto vai sair mais para frente, se essas negociações para o açúcar prevalecerem ou não.”

Ele lembra que o aço brasileiro não teve isenção de tarifa dos americanos e, na sua avaliação, estaria faltando um gesto dos Estados Unidos nesse sentido. Se a prorrogação da isenção de tarifa do etanol americano tiver como contrapartida uma negociação mais favorável ao açúcar, que hoje está com preço em alta no mercado internacional, Serigatti considera a decisão positiva. No entanto, se o motivo for eleitoral, o economista reprova a decisão. “O governo brasileiro tem que tratar os EUA como país, não ser um apoiador do governo Trump ou de qualquer outro governo.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/09/2020

Seção: Colunas

Autor: LETICIA PAKULSKI e CLARICE COUTO

Título: » À espreita.

Coluna do Broadcast Agro

Os Cbios, emitidos por usinas de biocombustíveis por captarem gases de efeito estufa, têm potencial para se valorizar em 2021, avalia Fábio Solferini, CEO da consultoria StoneX. Atualmente, valem cerca de R\$ 20, longe dos US\$ 10 (R\$ 50)

previstos na concepção do papel. A expectativa é de uma reação passada a crise gerada pela covid-19, que atrasou a definição das metas de emissão do papel.

» Não tem volta. Os Cbios precisarão ser comprados por distribuidoras de combustíveis fósseis para compensar suas emissões de gás carbônico. “Essas distribuidoras terão de cumprir metas de descarbonização neste ano e, com mais operações, novos investidores devem vir atrás do título”, diz Solferini. Ele explica que cada distribuidora tem sua estratégia de negócio, mas considera que podem estar adiando a compra do papel, na expectativa de uma oferta maior do que a demanda, o que deixaria o papel mais barato.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/09/2020

Seção: Colunas

Autor: Mônica Bergamo

Título: NO GANCHO

O Ministério Público do Trabalho de SP (MPT-SP) acusa a Petrobras de manter em cárcere privado cerca de 73 trabalhadores da empresa e pede à estatal indenização de R\$ 100 milhões, além de reparações individuais de R\$ 100 mil a esses funcionários.

Parado

O caso que embasa a ação ocorreu entre os dias 7 e 17 de fevereiro deste ano, quando empregados da refinaria de Presidente Bernardes, em Cubatão (SP), entraram em greve.

Tranca

De acordo com o MPT, porém, a petroleira não liberou esses funcionários alegando que eles só poderiam deixar os seus postos se fossem rendidos por outros. Segundo a procuradoria, isso gerou casos de empregados que trabalharam oito e até onze dias consecutivos. A Justiça concedeu habeas corpus liberando-os.

Ponto

A estatal diz que “repudia a alegação de prática de cárcere privado” e que “já apresentou as razões preliminares ao juiz, para o qual ainda não há decisão”. “A Petrobras tem como um de seus princípios basilares o respeito às pessoas e entende como seu dever zelar pela segurança e pela saúde de seus colaboradores.”

Ponto 2

“No movimento grevista [de fevereiro], deflagrado dois meses após o fechamento do acordo coletivo de trabalho em vigor, o sindicato, desobedecendo ordem judicial, negou-se reiteradamente a manter o contingente mínimo determinado [pela Justiça] ”, segue a empresa em nota.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/09/2020

Seção: Colunas

Autor: Nelson de Sá

Título: Bolsonaro faz campanha em Iowa, com dinheiro do Brasil

Toda Mídia

Repercutiu em veículos da China à Argentina e, de maneira mais ampla, num despacho da agência Reuters: “Brasil estende as importações de etanol sem tarifa” — dos EUA.

Era o que cobrava o lobby de Iowa, como evidenciou o noticiário americano do setor ao longo da semana anterior. Já o lobby brasileiro, também noticiado em sites dos EUA, se levantou contra e perdeu.

“Alguns Estados produtores de etanol são fundamentais para a candidatura de Donald Trump à reeleição em novembro”, esclareceu a Reuters.

Era o que queria o embaixador americano, com argumentos que causaram revolta de parlamentares democratas e do New York Times. Talvez pela controvérsia, Trump acabou não festejando no Twitter.

Mas divulgou nova promessa, de misturar mais etanol na gasolina, cedendo aos pedidos da senadora republicana Joni Ernst, que está empatada com uma democrata em Iowa, segundo a Bloomberg.

Trump, que teve 9,4 pontos de vantagem há quatro anos, está só 1,7 à frente de Joe Biden nas pesquisas no Estado.

'what'sgoingon?'

O britânico Financial Times mancheteou a volta dos testes da AstraZeneca sem sequer citar que não valia para os EUA. New York Times e Wall Street Journal destacaram já nos títulos que a retomada era “no Reino Unido”, que eles “seguem pausados” nos EUA. “A AstraZeneca não ofereceu nenhuma informação para sustentar a decisão”, apontou o NYT, ouvindo de especialista

que “o público tem o direito de saber o que está acontecendo”. A reportagem lembrou que o laboratório tem “acordo de bilhões com o governo dos EUA”.

HYPE SELVAGEM No título de longa análise do site americano Político, sobre a vacina da AstraZeneca, “Do hype selvagem para a sóbria realidade”.

CHINA TAMBÉM

Os jornais dos EUA seguem questionando as chinesas. “China injeta centenas de milhares com vacinas experimentais”, no WSJ. “China promove as suas vacinas para ganhar amigos”, no NYT.

BRASIL DERROTADO

No WSJ, com link no Drudge Report, “Covid derrota o Brasil, mas seu líder está mais popular que nunca”. Logo abaixo, explica que foi porque o “governo distribuiu dinheiro aos pobres como ajuda na pandemia”.

CAPAS DE JORNAIS

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875  JULIO MESQUITA (1862-1927)

Segunda-feira 14 DE SETEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 143 Nº 46353

estadão.com.br

Pantanal tem rastro de animais queimados

Cobra carbonizada é encontrada perto da Rodovia Transpantaneira, no interior do Mato Grosso: fogo que se alastrou pelas matas de várzea e pelos pastos nativos da região do Pantanal tem dizimado casca-veles, sucuris, jacarés e outros animais. **METRÓPOLE / PÁG. A11**



DESA SANFRAZ / ESTADÃO

Estados fazem campanha para tentar evitar saída da Petrobrás

Governadores do Sul, Norte e Nordeste se mobilizam contra decisão da estatal de se concentrar no RJ e em SP

De saída das Regiões Norte, Nordeste e Sul do País, a Petrobrás enfrenta a resistência dos governos locais à venda de seus ativos. A empresa já anunciou que passará a concentrar investimentos no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde está o petróleo do pré-sal. Mas, para conseguir sair dos demais Estados, precisará negociar uma série

de dívidas ambientais, tributárias e trabalhistas. Estão à venda áreas de produção de petróleo e gás, além de usinas, fábricas de fertilizantes e terminais de gás. Representantes dos governos de seis Estados têm se reunido com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobrás, do Congresso, que lançou a campanha 'Petrobrás, fica!'. Com o

aval do presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP), senadores recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a anulação do processo de venda de 8 refinarias. O diretor de Relacionamento Institucional da Petrobrás, Roberto Ardenghy, disse que a lógica econômica se impõe para a empresa sair dos Estados. **ECONOMIA / PÁGS. B1 e B3**

● **Sector de etanol pressionado**
Para a União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), a decisão do governo brasileiro de renovar por 90 dias a cota sem tarifa de importação do etanol dos EUA vai impor um grande sacrifício ao setor sucroalcooleiro brasileiro. **PÁG. B6**

Bolsonaro pede derrubada do próprio veto a igrejas

O presidente Jair Bolsonaro oficializou ontem veto a parte do perdão a dívidas de igrejas aprovado pelo Congresso. Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência afirmou que, apesar disso, o governo vai propor "instrumentos normativos" para atender à "justa demanda das entidades religiosas". Nas redes sociais, Bolsonaro também estimulou parlamentares a derrubar seu próprio veto. **ECONOMIA / PÁG. B6**

Celso Daniel ainda mobiliza eleição em Santo André

Dezoito anos após o assassinato de Celso Daniel, a disputa pela herança política do ex-prefeito petista ainda une candidaturas à prefeitura de Santo André. Entre os nomes que se apresentam como herdeiros do político morto em 2002 estão Bruno Daniel (PSOL), seu irmão, o antigo vice, João Avamileno (Solidariedade), e Bete Siraque (PT). **POLÍTICA / PÁG. A5**

● **Corpo a corpo na pandemia**
Apesar das regras de distanciamento social, posturantes à Prefeitura não dispensam selfies e abraços. **PÁG. A4**

● **Luiz Carlos Trabuco Cappi**
É urgente inserir o tema do emprego no debate, para não sacrificar carreiras e a vida de pessoas. **ECONOMIA / PÁG. B4**

● **Fareed Zakaria**
Diferença de votos presenciais e pelo correio para Trump e Biden pode contribuir para eleição. **INTERNACIONAL / PÁG. A9**

Tempo em SP 13° Min. 33° Máx.

MISTO
Papel produzido a partir de fontes sustentáveis
FSC® C113258
Este documento foi produzido em papel certificado FSC® garantindo a preservação ambiental e o respeito aos direitos humanos e sociais.
Mais informações em www.fsc.org.br



DANIEL TEDESCHI/ESTADÃO

Desmame e desfralde tardios

Com a pandemia, mais da metade das famílias, como a da corretora de seguros Kemelly Oliveira, diz que adiou o desmame, o desfralde e o adeus à chupeta dos filhos, segundo pesquisa do site Trocando Fraldas. **METRÓPOLE / PÁG. A13**

Retomada Verde

SP quer mudar manejo de árvores

Técnicos ligados à Prefeitura de São Paulo apontaram vários problemas no plantio e manejo de árvores na cidade. Entre eles, podas desnecessárias e técnicas ultrapassadas. Plano Municipal de Arborização deve incluir vagas verdes e viveiros. **METRÓPOLE / PÁG. A14**

NA QUARENTENA

TURISTAS NA PRÓPRIA CIDADE

Hotéis investem em pacotes para tentar atrair moradores cansados do isolamento social. **PÁG. H1**

'Shopstreaming'

TELEVENDA À MODA DE LIVE

Varejistas entram na onda das lives e montam programas com tecnologia e estratégias de marketing para atrair público ávido por entretenimento. Chamado shopstreaming, formato ganhou força no mercado asiático. **ECONOMIA / PÁG. B10**

Brasil é país do G-20 com mais morte de covid-19 por milhão

O Brasil se tornou o país do G20, o grupo das 20 principais economias mundiais, com maior índice de mortalidade de covid-19. Com 613,46 óbitos por milhão de habitantes segundo a OMS, o País superou o Reino Unido e ocupa o 9º lugar no ranking mundial. Embora a média de mortes venha caindo, o Brasil ainda registra muitas vítimas. **METRÓPOLE / PÁG. A12**

● **A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)**
TOTAL DE MORTES 131.663
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM 389
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS) 711
TOTAL DE TESTES POSITIVOS 4.330.152
TOTAL DE RECUPERADOS* 3.573.958
*NÚMERO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

NOTAS & INFORMAÇÕES

O novo rumo do 'superministro'

Pouco menos de dois anos bastaram para Paulo Guedes perceber que seu poder de ditar a agenda econômica é menor do que pensava. **PÁG. A3**

● **Populismo e pandemia**
É cedo para ter esperança de que o populismo tecnológico esteja com os dias contados. **PÁG. A3**

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 * Nº 33.402

SEGUNDA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2020

R\$ 5,00

Temo clima de já ganhou, mas o já perdeu é pior, diz Covas

Bruno Covas (PSDB), candidato à reeleição em SP, confirma a ideia de formar uma frente anti-Bolsonaro, mas relativiza o peso de 2022 na eleição deste ano. Em entrevista, o prefeito diz temer o já ganhou em sua campanha, mas que pior seria o já perdeu. Para ele, a prioridade deve ser o social. Poder A4 e A5

Tarifa e velocidade são desafios para o próximo prefeito

Poder A6

A 50 dias do pleito, 50 questões dos 50 estados dos EUA

Série especial mostra problemas como imigração, déficit habitacional e violência policial que voltam à tona na campanha e impõem desafios ao próximo — ou ao mesmo — presidente a ser eleito em 3 de novembro. Mundo A10 e A11

ENTREVISTA DA 2ª Judy Grisel

Estresse com vírus poderá aumentar abuso de drogas

Neurocientista americana que buscou estudar o cérebro para resolver o quebra-cabeça da dependência química, inclusive a sua própria, é pessimista quanto aos efeitos do estresse provocado pela pandemia de coronavírus no aumento do abuso de substâncias como álcool e benzodiazepínicos. A13



Dorila Verpa/Folhapress

CALOR TRAZ RUAS LOTADAS E EXPLOÇÃO DE MOSQUITOS

Casal toma sol na praça Panamericana, no Alto de Pinheiros; com parques fechados aos fins de semana pela pandemia, a solução foi recorrer às áreas públicas para se refrescar. Cotidiano B3

Mortes na fila de transplante crescem 44% na pandemia

Número de procedimentos de abril a junho cai 61% em relação ao começo do ano e reverte cenário promissor

O Brasil realizou, entre abril e junho deste ano, menos da metade dos transplantes de órgãos e tecidos do início de 2020. Com a diminuição de 61% dos procedimentos, cresceram 44,5% as mortes de pacientes cadastrados na fila de espera entre os dois períodos no país.

Os números levaram a Associação Brasileira de Transplantes (ABTO) a projetar no ano uma queda de doações e transplantes nunca vista, em contraste a um cenário até então promissor. Na conta, estão coração, fígado, pâncreas, pulmão, rim, córnea e medula.

Quando comparados o primeiro semestre de 2020 e o de 2019, a diminuição no total de transplantes foi de 32%, e o aumento de mortes foi de 34%. Se o país seguir nesse ritmo, o ano pode trazer queda de 20,5% nos procedimentos, uma marca de nove anos atrás.

A pandemia causou descarte de órgãos infectados, aumento de negativa familiar para que os entes fossem sepultados rapidamente, contraindicação para a realização do procedimento nos casos em que o receptor pudesse esperar e até falta de logística aérea. Saúde B1

Bolsonaro atende a Guedes e veta perdão a igrejas

Jair Bolsonaro atendeu a Paulo Guedes e vetou dispositivo que anistiasse quase R\$ 1 bilhão de tributos de igrejas. Em rede social, o presidente declarou que, fosse deputado ou senador, votaria pela derrubada do veto. Mercado A17

Rodrigo Maia Controle fiscal ou década perdida

Têm surgido propostas para contornar o teto de gastos que, a título de resolver a tensão criada pelo mecanismo, podem acabar por inutilizá-lo, em momento em que estamos no limiar da sustentabilidade da dívida pública. Mercado A18

MG tem 11 de 16 municípios do país sem casos de Covid-19

Saúde B2

Pandemia no Brasil

	Total	Óbitos**	Variação**
Casos	4,3 mil	225 mil	-24,9%
Óbitos	131,7 mil	711	-18,7%

Dados das 20h de 13 set. **Média móvel de 7 dias **Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia

- Acelerado
- Estável
- Desacelerado
- Reduzido



Estados com mais óbitos

	Total
1º SP	32,6 mil
2º RJ	17 mil
3º CE	8,7 mil

Situação nos municípios

 Acelerados	 Estáveis
Porto Alegre (RS)	Manaus (AM)
Uberlândia (MG)	Belém (PA)
Aparecida de Goiânia (GO)	Guarulhos (SP)
Joinville (SC)	Curitiba (PR)

ATMOSFERA



Fonte: www.climatempo.com.br

EDITORIAIS A2

Riscos na retomada
A respeito das dificuldades no mercado de trabalho.

Racismo não é esporte
Sobre as manifestações de preconceito na atividade.

AUDIÊNCIA/MÊS

PÁGINAS VISTAS 189.213.054
VISITANTES ÚNICOS 35.510.663



Al Bello/Getty Images/APP

NOVA GERAÇÃO FAZ FINAL HISTÓRICA EM NOVA YORK

Sem público, Dominic Thiem, 27, saca no jogo em que se tornou o primeiro tenista nascido nos anos 1990 a conquistar um Grand Slam; de virada, superou Alexander Zverev, 23. Esporte B6

Justiça permite volta às aulas na rede privada do RJ

A Justiça do Trabalho reverteu decisão e permitiu que escolas particulares do Rio voltem a funcionar a partir de hoje caso queiram. Educação infantil, sem receita após debandada de 90% dos alunos, sofre com a falta de crédito. Saúde B1 e Mercado A15

Governo reduz orçamento de Ibama e ICMBio

Mesmo com aumento de desmatamento e incêndios, o governo Jair Bolsonaro cortou em 4% as verbas do Ibama e em 12,8% as do ICMBio para 2021. Especialistas advertem que a medida pode comprometer a fiscalização de crimes ambientais. Ambiente B5

Cotidiano B4

Mães da periferia de SP levam poesia, pão e proteção na luta contra a Covid-19

Ilustrada B8

Linha de frente de Fria na Cultura tem PM, bolsonarista e promotor de eventos

Esporte B7

Neymar é expulso e acusa rival de racismo em nova derrota do PSG

Folhainvest A14

Abertura de capital de empresas cresce 10 vezes com queda de juros e liquidez

A análise em palma da mão
Quem tem o dedo anelar com uma linha preta no 2º dedo indica o risco de COVID-19. Teste a sua mão e descubra se você está em risco.

Waynart: Expulso, craque do futebol de rua

O GLOBO

14 de setembro de 2020 | 1ª edição | 100 mil exemplares

Quê está por trás da crise?

Alguns dizem que a crise é apenas uma crise de gestão. Outros dizem que é uma crise de estrutura. Mas a verdade é que a crise é uma crise de valores. É a crise de valores que está por trás da crise.

INVESTIGAÇÃO NO RIO

Para MP, corrupção atingia mais de 20 órgãos da prefeitura

Rafael Alves indicava a Crivella nomes para a administração

Investigação do Ministério Público Federal (MPF) revela que Rafael Alves, ex-prefeito de Rio de Janeiro, teria indicado mais de 20 órgãos da prefeitura para serem investigados por corrupção. O MPF também indica que Alves teria indicado nomes para a administração da cidade.

No Rio, Justiça libera volta às aulas em escolas privadas

A Justiça do Rio de Janeiro decidiu liberar a volta às aulas em escolas privadas da cidade. A decisão foi baseada no argumento de que a pandemia não representa um risco maior do que a ausência das crianças nas escolas.

Bolsonaros ocupam vazio do MDB no Rio

Os Bolsonaro ocuparam o vazio deixado pelo MDB no Rio de Janeiro. A família Bolsonaro tomou posse da prefeitura da cidade, marcando o início de uma nova era política.

Fiocruz orienta sobre retorno dos estudantes

A Fiocruz orientou sobre o retorno dos estudantes às aulas. A instituição recomenda que os estudantes retornem às aulas com medidas de segurança, como o uso de máscara e distanciamento social.

Com 2 de Nenê, Fluminense ganha do Corinthians

O Fluminense venceu o Corinthians por 2 a 0, com dois gols de Nenê. A vitória dá ao Fluminense a liderança na tabela do Brasileirão.

Sintomas da Covid-19 em crianças e outros

Os sintomas da Covid-19 em crianças são semelhantes aos de adultos. No entanto, as crianças geralmente apresentam sintomas mais leves.

Paralisação de trânsito em São Paulo

A paralisação de trânsito em São Paulo causou grandes transtornos para os moradores da cidade. A paralisação foi motivada por uma greve dos servidores públicos.

Paralisação de trânsito em São Paulo

A paralisação de trânsito em São Paulo causou grandes transtornos para os moradores da cidade. A paralisação foi motivada por uma greve dos servidores públicos.

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1806; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA; BRASÍLIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.932 • 42 PÁGINAS • R\$ 2,30



Nenê garante vitória!

O veterano do Fluminense marcou duas vezes e o tricolor carioca bateu o Corinthians por 2 x 1, no Maracanã, pela décima rodada do Brasileirão. No Castelo, em partida pouco inspirada do artilheiro Gabigol, o Flamengo foi derrotado pelo Ceará (2 x 0) e despençou do segundo para o quinto lugar na tabela. PÁGINA 12

Lucas Mergon/Fluminense FC

Marcos Hermes/Divulgação



O samba bom de Monarco

Aos 87 anos, o mestre da Portela fala, com exclusividade ao Correio, sobre a carreira e o mais recente trabalho, *Minha vontade*, que tem participação especial de Cristina Buarque, Maria Rita e Teresa Cristina.

DIVERSÃO & ARTE

Bolsonaro veta perdão para dívida de igrejas

Texto polêmico aprovado no Congresso previa uma anistia de tributos de quase R\$ 1 bilhão para os templos. Mas presidente estimula os parlamentares a derrubarem o próprio veto

PÁGINA 3

Minervino Júnior/CPA Press



À sombra das árvores candangas

Nesta época do ano, brasilienses aproveitam para curtir florações das mais diversas nas áreas públicas da capital. Destaque para as várias espécies de ipê e cássias rosas. Conheça um pouco de cada uma dessas plantas da cidade. PÁGINA 16

Reforma administrativa

Economia de R\$ 816 bi em 10 anos

Estudo feito pelo Ipea projeta uma drástica redução de despesas, se o Congresso Nacional aprovar a proposta que muda gastos com o pessoal do setor público. Com a reforma, estados e Distrito Federal podem enxugar a folha de pagamento em até R\$ 339,7 bilhões. PÁGINA 2

ONU

Presidente discursa on-line

Bolsonaro explicará ações do governo para combater a crise sanitária e a devastação da Amazônia na Assembleia Geral.

PÁGINA 3

Pandemia

Mortes passam de 131,6 mil

Mesmo com a média móvel em tendência de queda, número preocupa. No DF, 92,5% dos infectados recuperaram-se.

PÁGINAS 5 E 14

Coleta de sangue mais precisa

Exame automatizado combina inteligência artificial e ultrassom para acessar veias de pacientes. PÁGINA 11



Para proteger informações

Nova lei obriga governo e empresas a garantirem segurança de dados pessoais dos brasileiros. PÁGINA 6



Mayke Toscano/Secom-MT/Fotos públicas Brasil



Pantanal em chamas

Dados do Inpe registram um aumento de 210% no número de incêndios na região. Orçamento previsto para combater focos diminuirá no próximo ano. PÁGINA 5

Segunda onda de covid ameaça Israel

País decreta novo lockdown como tentativa para conter o avanço da doença. Primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, é acusado de falhar no combate à crise sanitária. PÁGINA 10

GDF acelera projetos de privatização e de parcerias

PÁGINA 13



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .